

O Céu e o inferno



Allan Kardec

PARTE I – Doutrina
CAPÍTULO VI – Doutrina das penas eternas

Índice

Assunto	Origem	Pagina
1. Origem da doutrina das penas eternas	O Céu e o inferno	03
A Escola Neoplatônica	A Reencarnação	06
A Doutrina ensinada pelos Espíritos Superiores	Instruções Práticas sobre as manifestações Espíritas	07
2. Argumentos a favor das penas eternas	O Céu e o inferno	08
O Céu e o inferno (6)	O Consolador	11
3. Impossibilidade material das penas eternas	O Céu e o inferno	13
Impossibilidade material	DM Estudos Espíritas	15
4. A doutrina das penas eternas fez sua época	O Céu e o inferno	16
Fez sua época	DM Estudos Espíritas	17
5. Ezequiel contra a eternidade das penas e o pecado original	O Céu e o inferno	18
A fugaz transitoriedade do engodo	O Consolador	19

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

Parte I – Doutrina

Capítulo VI – Doutrina das penas eternas

I – Origem da doutrina das penas eternas

1. A crença na eternidade das penas perde terreno dia a dia, de modo que, sem ser profeta, pode prever-se lhe o fim próximo. Tais e de tal ordem poderosos e peremptórios têm sido os argumentos a ela opostos, que nos parece quase supérfluo ocuparmo-nos de tal doutrina de ora em diante, deixando que por si mesma se extinga. Mas não se pode contestar que, apesar de caduca, ainda constitui a tecla dos adversários das idéias novas, o ponto que defendem com mais obstinação, convictos aliás da vulnerabilidade que ela apresenta, e não menos convictos das consequências dessa queda. Por este lado, a questão merece sério exame.

2. A doutrina das penas eternas teve sua razão de ser, como a do inferno material, enquanto o temor podia constituir um freio para os homens pouco adiantados intelectual e moralmente. Na impossibilidade de apreenderem as nuances tantas vezes delicadas do bem e do mal, bem como o valor relativo das atenuantes e agravantes, os homens não se impressionariam, então, a não ser pouco ou mesmo nada com a idéia das penas morais. Tampouco compreenderiam a temporalidade dessas penas e a justiça decorrente das suas gradações e proporções.

3. Quanto mais próximo do estado primitivo, mais material é o homem. O senso moral é o que de mais tardio nele se desenvolve, razão pela qual também não pode fazer de Deus, dos seus atributos e da vida futura, senão uma idéia muito imperfeita e vaga. Assimilando-o à sua própria natureza, Deus não passa para ele, de um soberano absoluto, tanto mais terrível quanto invisível, como um rei despótico que, fechado no seu palácio, jamais se mostrasse aos súditos. Sem compreenderem o seu poder moral, só o aceitam pela força material. Não o vêem senão armado com o raio, ou no meio de coriscos e tempestades, semeando de passagem a destruição, a ruína, semelhantemente aos guerreiros invencíveis. Um Deus de mansuetude e cordura não seria um Deus, porém um ser fraco e sem meios de se fazer obedecer. A vingança implacável, os castigos terríveis, eternos, nada tinham de incompatíveis com a idéia que se fazia de Deus, não lhes repugnavam à razão. Implacável também ele, homem, nos seus ressentimentos, cruel para os inimigos e inexorável para os vencidos, Deus, que lhe era superior, deveria ser ainda mais terrível. Para tais homens eram precisas crenças religiosas assimiladas à sua natureza rústica. Uma religião toda espiritual, toda amor e caridade não podia aliar-se à brutalidade dos costumes e das paixões. Não censuramos, pois, a Moisés sua legislação draconiana, apenas bastante para conter o povo indócil, nem o haver feito de Deus um Deus vingativo. A época assim o exigia, essa época em que a doutrina de Jesus não encontraria eco e até se anularia.

4. À medida que o Espírito se desenvolvia, o véu material ia-se lhe dissipando pouco a pouco, e os homens habilitavam-se a compreender as coisas espirituais. Mas isso não aconteceu senão lenta e gradualmente. Por ocasião de sua vinda, já Jesus pôde proclamar um Deus clemente, falando do seu reino, não deste mundo, e acrescentando: — Amai- -vos uns aos outros e fazei bem aos que vos odeiam, ao passo que os antigos diziam: olho por olho, dente por dente. Ora, quais eram os homens que viviam no tempo de Jesus? Seriam almas novamente criadas e encarnadas? Mas se assim fosse, Deus teria criado para o tempo de Jesus almas mais adiantadas que para o tempo de Moisés? E daí o que teria decorrido para estas últimas? Consumir-se-iam por toda a eternidade no embrutecimento? O mais comezinho bom-senso repele essa suposição. Não; essas almas eram as mesmas que viviam sob o império das leis moisaicas e que tinham adquirido, em várias existências, o desenvolvimento suficiente à compreensão de uma doutrina mais elevada, assim como hoje mais adiantadas se encontram para receber um ensino ainda mais completo.

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

5. O Cristo não pôde, no entanto, revelar aos seus contemporâneos todos os mistérios do futuro. Ele próprio o disse: Muitas outras coisas vos diria se estivésseis em estado de as compreender, e eis por que vos falo em parábolas. Sobretudo no que diz respeito à moral, isto é, aos deveres do homem, foi o Cristo muito explícito porque, tocando na corda sensível da vida material, sabia fazer-se compreender; quanto a outros pontos, limitou-se a semear sob a forma alegórica os germens que deveriam ser desenvolvidos mais tarde. A doutrina das penas e recompensas futuras pertence a esta última ordem de idéias. Sobretudo, em relação às penas, ele não poderia romper bruscamente com as idéias preconcebidas. Vindo traçar aos homens novos deveres, substituir o ódio e a vingança pelo amor do próximo e pela caridade, o egoísmo pela abnegação, era já muito; além disso, não podia racionalmente enfraquecer o temor do castigo reservado aos prevaricadores, sem enfraquecer ao mesmo tempo a idéia do dever. Se ele prometia o reino dos céus aos bons, esse reino estaria interdito aos maus, e para onde iriam eles? Demais, seria necessária a inversão da Natureza para que inteligências ainda muito rudimentares pudessem ser impressionadas de feição a identificarem-se com a vida espiritual, levando-se em conta a circunstância de Jesus se dirigir ao povo, à parte menos esclarecida da sociedade, que não podia prescindir de imagens de alguma sorte, palpáveis, e não de idéias sutis. Eis a razão por que Jesus não entrou em minúcias supérfluas a este respeito; nessa época não era preciso mais do que opor uma punição à recompensa.

6. Se Jesus ameaçou os culpados com o fogo eterno, também os ameaçou de serem lançados na Geena. Ora, que vem a ser a Geena? Nada mais nada menos que um lugar nos arredores de Jerusalém, um monturo onde se despejavam as imundícies da cidade. Dever-se-ia interpretar isso também ao pé da letra? Entretanto era uma dessas figuras enérgicas de que ele se servia para impressionar as massas. O mesmo se dá com o fogo eterno. E se tal não fora o seu pensar, ele estaria em contradição, exaltando a clemência e misericórdia de Deus, pois clemência e inexorabilidade são sentimentos antagônicos que se anulam. Desconhecer-se-ia, pois, o sentido das palavras de Jesus, atribuindo-lhes a sanção do dogma das penas eternas, quando todo o seu ensino proclamou a mansidão do Criador, a sua benignidade. No Pai Nosso Jesus nos ensina a dizer: — Perdoai- -nos, Senhor, as nossas faltas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores. Pois se o culpado não devesse esperar algum perdão, inútil seria pedi-lo. Esse perdão é, porém, incondicional? É uma remissão pura e simples da pena em que se incorre? Não; a medida desse perdão subordina-se ao modo pelo qual se haja perdoado, o que equivale dizer que não seremos perdoados desde que não perdoemos. Deus, fazendo do esquecimento das ofensas uma condição absoluta, não podia exigir do homem fraco o que Ele, onipotente, não fizesse. O Pai Nosso é um protesto cotidiano contra a eterna vingança de Deus.

7. Para homens que só possuíam da espiritualidade da alma uma idéia confusa, o fogo material nada tinha de improcedente, mesmo porque já participava da crença pagã, quase universalmente propagada. Igualmente a eternidade das penas nada tinha que pudesse repugnar a homens desde muitos séculos submetidos à legislação do terrível Jeová. No pensamento de Jesus o fogo eterno não podia passar, portanto, de simples figura, pouco lhe importando fosse essa figura interpretada à letra, desde que ela servisse de freio às paixões humanas. Sabia ele ao demais que o tempo e o progresso se incumbiriam de explicar o sentido alegórico, mesmo porque, segundo a sua predição, o Espírito de Verdade viria esclarecer aos homens todas as coisas. O caráter essencial das penas irrevogáveis é a ineficácia do arrependimento, e Jesus nunca disse que o arrependimento não mereceria a graça do Pai. Ao contrário, sempre que se lhe deparou ensejo, ele falou de um Deus clemente, misericordioso, solícito em receber o filho pródigo que voltasse ao lar paterno; inflexível, sim, para o pecador obstinado, porém, pronto sempre a trocar o castigo pelo perdão do culpado sinceramente arrependido. Este não é, por certo, o traço de um Deus sem piedade. Também convém assinalar que Jesus nunca pronunciou contra quem quer que fosse, mesmo contra os maiores culpados, a condenação irremissível.

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

8. Todas as religiões primitivas, revestindo o caráter dos povos, tiveram deuses guerreiros que combatiam à frente dos exércitos. O Jeová dos hebreus facultava-lhes mil modos de exterminar os inimigos; recompensava-os com a vitória ou punia-os com a derrota. Tal idéia a respeito de Deus levava a honrá-lo ou apaziguá-lo com sangue de animais ou de homens, e daí os sacrifícios sangrentos que representavam papel tão saliente em todas as religiões da antiguidade. Os judeus tinham abolido os sacrifícios humanos; os cristãos, apesar dos ensinamentos do Cristo, por muito tempo julgaram honrar o Criador votando, aos milhares, às chamas e às torturas, os que denominavam hereges, o que constituía sob outra forma verdadeiros sacrifícios humanos, pois que os promoviam para maior glória de Deus, e com acompanhamento de cerimônias religiosas. Hoje, ainda invocam o Deus dos exércitos antes do combate, glorificam-no após a vitória, e quantas vezes por causas injustas e anticristãs.

9. Quão tardo é o homem em desfazer-se dos seus hábitos, prejuízos e primitivas idéias! Quarenta séculos nos separam de Moisés, e a nossa geração cristã ainda vê traços de antigos usos bárbaros, senão consagrados, ao menos aprovados pela religião atual! Foi preciso a poderosa opinião dos não-ortodoxos para acabar com as fogueiras e fazer compreender a verdadeira grandeza de Deus. Mas, à falta de fogueiras, prevalecem ainda as perseguições materiais e morais, tão radicada está no homem a idéia da crueldade divina. Nutrido por sentimentos inculcados desde a infância, poderá o homem estranhar que o Deus que lhe apresentam, lisonjeado por atos bárbaros, condene a eternas torturas e veja sem piedade o sofrimento dos culpados? Sim, são filósofos, ímpios como querem alguns, que se hão escandalizado vendo o nome de Deus profanado por atos indignos dele. São eles que o mostram aos homens na plenitude da sua grandeza, despojando-o de paixões e baixezas atribuídas por uma crença menos esclarecida. Neste ponto a religião tem ganho em dignidade o que tem perdido em prestígio exterior, porque se homens há devotados à forma, maior é o número dos sinceramente religiosos pelo sentimento, pelo coração. Mas, ao lado destes, quantos não têm sido levados, sem mais reflexão, a negarem toda a Providência! O modo por que a religião tem estacionado, em antagonismo com os progressos da razão humana, sem saber conciliá-los com as crenças, degenerou em deísmo para uns, em cepticismo absoluto para outros, sem esquecermos o panteísmo, isto é, o homem fazendo-se deus ele próprio, à falta de um mais perfeito.

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

A Reencarnação

Gabriel Delanne

I. Origem da doutrina das penas eternas

A Escola Neoplatônica

A Escola Neoplatônica de Alexandria ensina a reencarnação, precisando, ainda, as condições, para a alma, dessa evolução progressiva.

Plotino, o primeiro de todos, trata muitas vezes de tal questão, no curso de suas Enéadas. É dogma – diz ele – de toda Antiguidade e universalmente ensinado que, se a alma comete faltas, é condenada a expiá-las, recebendo punições em infernos tenebrosos; depois, é obrigada a passar a outro corpo, para recomeçar suas provas.

No livro IX da segunda Enéada, ele afirma ainda mais seu pensamento, na seguinte frase: “A providência dos deuses assegura a cada um de nós a sorte que lhe convém, e que é harmônica com seus antecedentes, conforme suas vidas sucessivas.”

Aí já se vê toda a doutrina moderna sobre a evolução do princípio inteligente, que se eleva gradativamente até o ápice da espiritualidade.

Porfírio não crê na metempsicose, ainda mesmo como punição das almas perversas, e, segundo ele, a reencarnação só se opera no gênero humano.

Não havia, pois, penas eternas para os adeptos de Pitágoras e de Platão.

Todas as almas deviam chegar a uma redenção final, por seus próprios esforços.

É esta uma doutrina eminentemente moral, pois que incita o homem a libertar-se voluntariamente dos vícios e das más paixões, para aproximar-se progressivamente da fonte de todas as virtudes.

Jâmblico assim sintetiza a doutrina das vidas sucessivas:

“A justiça de Deus não é a justiça dos homens.

O homem define a justiça sob o ponto de vista de sua vida atual e de seu estado presente.

Deus a define relativamente às nossas existências sucessivas e à universalidade de nossas vidas.

Assim, as penas que nos afligem são, muitas vezes, castigos de um pecado de que a alma se tornou culpada em vida anterior.

Algumas vezes, Deus oculta-nos a razão delas; não devemos, porém, deixar de atribuí-las à sua justiça.”

Assim, segundo Jâmblico, não há acaso nem fatalidade, mas uma justiça inflexível, que regula a existência de todos os seres e, se alguns se vêem acabrunhados de aflições, não é em virtude de uma decisão arbitrária da divindade, mas conseqüência inelutável das faltas cometidas anteriormente.

Ver-se-á, mais tarde, que o Espírito que volta à Terra aceita, por vezes livremente, penosas provas, não já como castigo, mas para chegar mais depressa a um grau superior de sua evolução.

A doutrina ensinada pelos Espíritos Superiores

A doutrina ensinada pelos Espíritos superiores está de acordo com a ciência. Nada contém que fira a razão e esteja em contradição com os conhecimentos exatos.

Mostramos a morada dos Bons, não num lugar fechado, ou numa dessas hipotéticas esferas com que a ignorância havia cercado o nosso globo, mas por toda parte onde haja bons Espíritos, no espaço para os que se acham errantes, nos mundos mais perfeitos para os que estão encarnados.

Aí é, o Paraíso Terrestre, aí estão os Campos Elísios, cuja idéia primeira vem do conhecimento intuitivo que tinha sido dado ao homem desse estado de coisas, e que a ignorância e os preconceitos reduziram a proporções mesquinhas.

Ela nos mostra os maus recebendo o castigo de suas faltas em sua própria imperfeição, nos seus sofrimentos morais, na presença inevitável de suas vítimas, castigos mais terríveis que as torturas físicas incompatíveis com a doutrina da imortalidade da alma.

Ela no-los mostra expiando os seus erros pelas tribulações de novas existências corpóreas, realizadas em mundos imperfeitos e não num lugar de eternos suplícios, de onde para sempre foi banida a esperança.

Aí é o Inferno. Quantos homens nos disseram:

“Se nos tivessem ensinado isto desde a infância, jamais teríamos duvidado!”

Ensina-nos a experiência que os Espíritos não suficientemente desmaterializados ainda se acham sob o império das idéias e preconceitos da existência corpórea.

Aqueles que, em suas comunicações, empregam uma linguagem conforme às idéias cujo erro material está demonstrado, provam por isso mesmo sua ignorância e sua inferioridade.

PENAS ETERNAS – Ensinam os Espíritos superiores que só o bem é eterno, porque é a essência de Deus; o mal terá um fim.

Consequentemente, combatem a doutrina da eternidade das penas como contrária à idéia que Deus nos dá de sua justiça e de sua bondade.

Mas a luz só se faz para os Espíritos à medida de sua elevação.

Nas camadas inferiores suas idéias ainda são obscurecidas pela matéria.

Para eles o futuro está coberto por um véu: só enxergam o presente.

Encontram-se na posição de um homem que sobe uma montanha: no fundo do vale a bruma e as curvas da estrada limitam-lhe a visão; precisa chegar ao topo a fim de descobrir todo o horizonte, julgar o caminho feito e o que falta percorrer.

Os Espíritos imperfeitos não percebem o termo de seus sofrimentos, julgam sofrer para sempre e este pensamento lhes é um castigo.

Se, pois, certos Espíritos nos falam das penas eternas é porque, em conseqüência de sua mesma inferioridade, nelas acreditam.

II – Argumentos a favor das penas eternas

10. Voltemos ao dogma das penas eternas. Eis o principal argumento invocado em seu favor: “É doutrina sancionada entre os homens que a gravidade da ofensa é proporcionada à qualidade do ofendido. O crime de lesa-majestade, por exemplo, o atentado à pessoa de um soberano, sendo considerado mais grave do que o fora em relação a qualquer súdito, é, por isso mesmo, mais severamente punido. E sendo Deus muito mais que um soberano, pois é Infinito, deve ser infinita a ofensa a Ele, como infinito o respectivo castigo, isto é, eterno.” Refutação: Toda refutação é um raciocínio que deve ter seu ponto de partida, uma base sobre a qual se apoie, premissas, enfim. Tomemos essas premissas aos próprios atributos de Deus; — único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as perfeições. É impossível conceber Deus de outra maneira, visto como, sem a infinita perfeição, poder-se-ia conceber outro ser que lhe fosse superior. Para que seja único acima de todos os seres, faz-se mister que ninguém possa excedê-lo ou sequer igualá-lo em qualquer coisa. Logo, é necessário que seja de todo Infinito. E porque são infinitos, os atributos divinos não sofrem aumento nem diminuição, sem o que não seriam infinitos e Deus perfeito tampouco. Se se tirasse a menor parcela de um só dos seus atributos, não haveria mais Deus, por isso que poderia coexistir um ser mais perfeito. O infinito de uma qualidade exclui a possibilidade da existência de outra qualidade contrária que pudesse diminuí-la ou anulá-la. Um ser infinitamente bom não pode ter a menor parcela de maldade, nem o ser infinitamente mau pode ter a menor parcela de bondade. Assim também um objeto não seria de um negro absoluto com a mais leve nuance de branco, e vice-versa. Estabelecido este ponto de partida, oporemos aos argumentos supra os seguintes:

11. Só um ser infinito pode fazer algo de infinito. O homem, finito nas virtudes, nos conhecimentos, no poderio, nas aptidões e na existência terrestre, não pode produzir senão coisas limitadas. Se o homem pudesse ser infinito no mal que faz, sê-lo-ia igualmente no bem, igualando-se, então, a Deus. Mas se o homem fosse infinito no bem não praticaria o mal, pois o bem absoluto é a exclusão de todo o mal. Admitindo-se que uma ofensa temporária à Divindade pudesse ser infinita, Deus, vingando-se por um castigo infinito, seria logo infinitamente vingativo; e sendo Deus infinitamente vingativo não pode ser infinitamente bom e misericordioso, visto como um destes atributos exclui o outro. Se não for infinitamente bom não é perfeito; e não sendo perfeito deixa de ser Deus. Se Deus é inexorável para o culpado que se arrepende, não é misericordioso; e se não é misericordioso, deixa de ser infinitamente bom. E por que daria Deus aos homens uma lei de perdão, se Ele próprio não perdoasse? Resultaria daí que o homem que perdoa aos seus inimigos e lhes retribui o mal com o bem, seria melhor que Deus, surdo ao arrependimento dos que o ofendem, negando-lhes por todo o sempre o mais ligeiro carinho. Achando-se em toda parte e tudo vendo, Deus deve ver também as torturas dos condenados; e se Ele se conserva insensível aos gemidos por toda a eternidade, será eternamente impiedoso; ora, sem piedade, não há bondade infinita.

12. A isto se responde que o pecador arrependido, antes da morte, tem a misericórdia de Deus, e que mesmo o maior culpado pode receber essa graça. Quanto a isto não há dúvida, e compreende-se que Deus só perdoe ao arrependido, mantendo-se inflexível para com os obstinados; mas se Ele é todo misericordioso para a alma arrependida antes da morte, por que deixará de o ser para quem se arrepende depois dela? Por que a eficácia do arrependimento só durante a vida, um breve, instante, e não na eternidade que não tem fim? Circunscritas a um dado tempo, a bondade e misericórdia divinas teriam limites, e Deus não seria infinitamente bom.

13. Deus é soberanamente justo. A soberana justiça não é inexorável absolutamente, nem leva a complacência ao ponto de deixar impunes todas as faltas; ao contrário, pondera rigorosamente o bem e o mal, recompensando um e punindo outro equitativa e proporcionalmente, sem se enganar jamais na aplicação.

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

Se por uma falta passageira, resultante sempre da natureza imperfeita do homem e muitas vezes do meio em que vive, a alma pode ser castigada eternamente sem esperança de clemência ou de perdão, não há proporção entre a falta e o castigo — não há justiça. Reconciliando-se com Deus, arrependendo-se, e pedindo para reparar o mal praticado, o culpado deve subsistir para o bem, para os bons sentimentos. Mas, se o castigo é irrevogável, esta subsistência para o bem não frutifica, e um bem não considerado significa injustiça. Entre os homens, o condenado que se corrige tem por comutada e às vezes mesmo perdoada a sua pena; e, assim, haveria mais equidade na justiça humana que na divina. Se a pena é irrevogável, inútil será o arrependimento, e o culpado, nada tendo a esperar de sua correção, persiste no mal, de modo que Deus não só o condena a sofrer perpetuamente, mas ainda a permanecer no mal por toda a eternidade. Nisso não há nem bondade nem Justiça.

14. Sendo em tudo infinito, Deus deve abranger o passado e o futuro; deve saber, ao criar uma alma, se ela virá a falir, assaz gravemente, para ser eternamente condenada. Se o não souber, a sua sabedoria deixará de ser infinita, e Ele deixará de ser Deus. Sabendo-o, cria voluntariamente uma alma desde logo votada ao eterno suplício, e, nesse caso, deixa de ser bom. Uma vez que Deus pode conferir a graça ao pecador arrependido, tirando-o do inferno, deixam de existir penas eternas, e o juízo dos homens está revogado.

15. Conseqüentemente, a doutrina das penas eternas absolutas conduz à negação, ou, pelo menos, ao enfraquecimento de alguns atributos de Deus, sendo incompatível com a perfeição absoluta, donde resulta este dilema: Ou Deus é perfeito, e não há penas eternas, ou há penas eternas, e Deus não é perfeito.

16. Também se invoca a favor do dogma da eternidade das penas o seguinte argumento: “A recompensa conferida aos bons, sendo eterna, deve ter por corolário a eterna punição. Justo é proporcionar a punição à recompensa.” Refutação: Deus criou as almas para fazê-las felizes ou desgraçadas?

Evidentemente a felicidade da criatura deve ser o fim do Criador, ou Ele não seria bom. Ela atinge a felicidade pelo próprio mérito, que, adquirido, não mais o perde. O contrário seria a sua degeneração. A felicidade eterna é, pois, a conseqüência da sua imortalidade. Antes, porém, de chegar à perfeição, tem lutas a sustentar, combates a travar com as más paixões. Não tendo sido criada perfeita, mas suscetível de o ser, a fim de que tenha o mérito de suas obras, a alma pode cair em faltas, que são conseqüentes à sua natural fraqueza. E se por esta fraqueza fora eternamente punida, era caso de perguntar por que não a criou Deus mais forte? A punição é antes uma advertência do mal já praticado, devendo ter por fim reconduzi-la ao bom caminho. Se a pena fosse irremissível, o desejo de melhorar seria supérfluo; nem o fim da criação seria alcançado, porquanto haveria seres predestinados à felicidade ou à desgraça. Se uma alma se arrepende, pode regenerar-se, e podendo regenerar-se pode aspirar à felicidade. E Deus seria justo se lhe recusasse os respectivos meios? Sendo o bem o fim supremo da Criação, a felicidade, que é o seu prêmio, deve ser eterna; e o castigo, como meio de alcançá-la, temporário. A noção mais comezinha da justiça humana prescreve que se não pode castigar perpetuamente quem se mostra desejoso de praticar o bem.

17. Um último argumento a favor das penas eternas é este: “O temor das penas eternas é um freio; anulado este, o homem, por nada temer, entregar-se-ia a todos os excessos.”

Refutação: Esse raciocínio procederia se a temporalidade das penas importasse, de fato, na supressão de toda sanção penal. A felicidade ou infelicidade futura é conseqüência rigorosa da justiça de Deus, pois a identidade de condições para o bom e para o mau seria a negação dessa justiça. Mas, em não ser eterno, nem por isso o castigo deixa de ser temeroso, e tanto maior será o temor quanto maior a convicção. Esta, por sua vez, tanto mais profunda será, quanto mais racional a procedência do castigo. Uma penalidade, em que se não crê, não pode ser um freio, e a eternidade das penas está nesse caso. A crença nessa penalidade, já o afirmamos, teve a sua

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

utilidade, a sua razão de ser em dada época; hoje, não somente deixa de impressionar os ânimos, mas até produz descrentes. Antes de a preconizar como necessidade, fora mister demonstrar a sua realidade. Seria preciso, além disso, observar a sua eficácia junto àqueles que a preconizam e se esforçam por demonstrá-la. E, desgraçadamente, entre esses, muitos provam pelos atos que nada temem das penas eternas. Assim, impotente para reprimir os próprios profitentes, que império poderá exercer sobre os descrentes e refratários?

Estudo Metódico do Pentateuco Kardequiano II. Argumentos a favor das penas eternas

337 – 10/11/2013

O Consolador – (Astolfo O. De Oliveira Filho)

O Céu e o inferno (6)

49. À medida que o Espírito se desenvolvia, o véu material ia-se lhe descerrando pouco a pouco e os homens habilitavam-se a compreender melhor as coisas espirituais; mas isso não aconteceu senão gradualmente. Jesus, ao vir ao globo, pôde proclamar um Deus clemente e ensinar:

Amai-vos uns aos outros e fazei o bem aos que vos odeiam, ao passo que os antigos propunham: **olho por olho, dente por dente**. (Primeira Parte, cap. VI, item 4.)

50. Ora, quem eram os homens que viviam ao tempo de Jesus? Seriam almas novas, dotadas desde a sua criação de maior compreensão do que as que viviam ao tempo de Moisés? Não. Essas almas eram as mesmas que viveram antes sob o império das leis mosaicas e que adquiriram, em várias existências, o desenvolvimento suficiente à compreensão de uma doutrina mais elevada, assim como hoje mais adiantadas se encontram para receber um ensino ainda mais completo. (Primeira Parte, cap. VI, item 4.)

51. O Cristo não pôde, no entanto, revelar aos seus contemporâneos todos os mistérios do futuro, limitando-se, em muitos pontos, a semear, debaixo da forma alegórica, os germens que deveriam ser desenvolvidos mais tarde. A doutrina das penas e recompensas futuras pertence a esta última ordem de ideias. Ele não poderia romper, de forma abrupta, com as ideias preconcebidas; nem podia racionalmente enfraquecer o temor do castigo reservado aos prevaricadores, sem enfraquecer a ideia do dever. (Primeira Parte, cap. VI, item 5.)

52. Se Jesus ameaçou os culpados com o fogo eterno, também os ameaçou de serem lançados na **Geena**. Ora, que vem a ser a **Geena**? Nada mais nada menos que um lugar nos arredores de Jerusalém, um monturo onde se despejavam as imundícies da cidade. Dever-se-ia interpretar isso também ao pé da letra? Certamente que não, embora ele se servisse dessas figuras enérgicas para impressionar as massas. O mesmo se dá com o fogo eterno, porque – se existisse fogo eterno – isso estaria em flagrante contradição com a clemência e a misericórdia de Deus, que o Mestre tanto exaltou. (Primeira Parte, cap. VI, item 6.)

53. Na oração dominical, Jesus nos ensina a dizer: **Perdoai-nos, Senhor, as nossas faltas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores**. Ora, se o culpado não devesse esperar algum perdão, inútil seria pedi-lo. Deus, fazendo do esquecimento das ofensas uma condição absoluta, não podia exigir do homem, um ser fraco, o que Ele, Criador onipotente, não fizesse. O “Pai Nosso” é, pois, um protesto cotidiano contra a eternidade da vingança de Deus. (Primeira Parte, cap. VI, item 6.)

54. Jesus, sempre que se lhe deparou ensejo, falou de um Deus clemente, misericordioso, solícito em receber o filho pródigo que voltasse ao lar paterno. Inflexível para o pecador obstinado, se tinha Ele o castigo em uma mão, tinha na outra sempre o perdão, pronto a ser concedido ao culpado que o procurasse com sinceridade. (Primeira Parte, cap. VI, item 7.)

55. A doutrina das penas eternas absolutas conduz forçosamente à negação ou ao enfraquecimento de alguns atributos de Deus, sendo incompatível com a perfeição absoluta, donde resulta este dilema: se Deus é perfeito, não há penas eternas; se há penas eternas, Deus não é perfeito. (Primeira Parte, cap. VI, item 15.)

56. O dogma da eternidade absoluta das penas é incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira intransponível. Esses dois princípios destroem-se, e a condição indeclinável da existência de um é o aniquilamento do outro. Qual dos dois existe? A lei do

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

progresso é evidente; não se trata de teoria, é um fato corroborado pela experiência, é uma lei da Natureza, divina, imprescritível. Se esta lei é inconciliável com a outra, é porque a outra não existe. (Primeira Parte, cap. VI, item 19.)

57. Segundo a Doutrina Espírita, de acordo mesmo com as palavras do Evangelho, com a lógica e com a mais rigorosa justiça, o homem é o produto das próprias obras, durante a vida e depois da morte, nada devendo ao favoritismo. Deus o recompensa pelos esforços e o pune pela negligência por tanto tempo quanto persistir na negligência. (Primeira Parte, cap. VI, item 19.)

58. A crença na eternidade das penas foi salutar até o momento em que os homens não tiveram ao seu alcance a compreensão do poder moral. É o que sucede com as crianças durante determinado tempo contidas pela ameaça de seres quiméricos com os quais são intimidadas: chegadas ao período do raciocínio, repelem por si mesmas essas quimeras da infância, tornando-se absurdo querer governá-las por esses meios. É isso que ocorre hoje com a Humanidade, que sai da infância e abandona as suas fantasmagorias. (Primeira Parte, cap. VI, item 20.)

59. A crença é um ato de entendimento que, por isso mesmo, não pode ser imposto. Se durante um período da Humanidade o dogma da eternidade das penas se manteve inofensivo e benéfico, chegou o momento em que ele se tornou perigoso. Quem quer que estude o assunto calmamente, verá que em nossos dias o dogma da eternidade das penas tem feito mais ateus e materialistas do que todos os filósofos. (Primeira Parte, cap. VI, item 21.)

60. Para que, pois, sustentar a todo transe uma crença que se dissolve em desuso fazendo mais danos que benefícios à religião? Ah! triste é dizê-lo, mas uma questão material domina aqui a questão religiosa: esta crença tem sido grandemente explorada pela ideia de que com dinheiro se abrem as portas do céu e do inferno. As quantias arrecadadas por esse meio, outrora e hoje, são incalculáveis. (Primeira Parte, cap. VI, item 21.)

61. A Nova Revelação, dando noções mais sensatas da vida futura e provando que podemos promover a felicidade pelas boas obras, deve encontrar tremenda oposição, tanto mais viva por estancar uma das mais rendosas fontes de receita. Assim tem sido, sempre que uma nova descoberta ou invento abala costumes inveterados e prestabelecidos. Quem vive de velhos e custosos processos nunca deixa de preconizar-lhes a superioridade e excelência e de desacreditar os novos, mais econômicos. (Primeira Parte, cap. VI, item 22.)

III – Impossibilidade material das penas eternas

18. Até aqui, só temos combatido o dogma das penas eternas com o raciocínio. Demonstramo-lo agora em contradição com os fatos positivos que observamos, provando-lhe a impossibilidade. Por este dogma a sorte das almas, irrevogavelmente fixada depois da morte, é, como tal, um travão definitivo aplicado ao progresso. Ora, a alma progride ou não? Eis a questão: — Se progride, a eternidade das penas é impossível. E poder-se-á duvidar desse progresso, vendo a variedade enorme de aptidões morais e intelectuais existentes sobre a Terra, desde o selvagem ao homem civilizado, aferindo a diferença apresentada por um povo de um a outro século? Se se admite não ser das mesmas almas, é força admitir que Deus criou almas em todos os graus de adiantamento, segundo os tempos e lugares, favorecendo umas e destinando outras a perpétua inferioridade — o que seria incompatível com a justiça, que, aliás, deve ser igual para todas as criaturas.

19. É incontestável que a alma atrasada moral e intelectualmente, como a dos povos bárbaros, não pode ter os mesmos elementos de felicidade, as mesmas aptidões para gozar dos esplendores do Infinito, como a alma cujas faculdades estão largamente desenvolvidas. Se, portanto, estas almas não progredirem, não podem em condições mais favoráveis gozar na eternidade senão de uma felicidade, por assim dizer, negativa.

Para estar de acordo com a rigorosa justiça, chegaremos, pois, à conclusão de que as almas mais adiantadas são as atrasadas de outro tempo, com progressos posteriormente realizados. Mas, aqui atingimos a questão magna da pluralidade das existências como meio único e racional de resolver a dificuldade. Façamos abstração, porém, dessa questão e consideremos a alma sob o ponto de vista de uma única existência.

20. Figuremos um rapaz de 20 anos, desses que comumente se encontram, ignorante, viciado por índole, céptico, negando sua alma e a Deus, entregue à desordem e cometendo toda sorte de malvadeza. Esse rapaz encontra-se, depois, num meio favorável, melhor; trabalha, instrui-se, corrige-se gradualmente e acaba por tornar-se crente e piedoso. Eis aí um exemplo palpável do progresso da alma durante a vida, exemplo que se reproduz todos os dias. Esse homem morre em avançada idade, como um santo, e naturalmente certa se lhe torna a salvação. Mas qual seria a sua sorte se um acidente lhe pusesse termo à existência, trinta ou quarenta anos mais cedo? Ele estava nas condições exigidas para ser condenado, e, se o fosse, todo o progresso se lhe tornaria impossível. E assim, segundo a doutrina das penas eternas, teremos um homem salvo somente pela circunstância de viver mais tempo, circunstância, aliás, fragilíssima, uma vez que um acidente qualquer poderia tê-la anulado fortuitamente. Desde que sua alma pôde progredir em um tempo dado, por que razão não mais poderia progredir depois da morte, se uma causa alheia à sua vontade a tivesse impedido de fazê-lo durante a vida? Por que lhe recusaria Deus os meios de regenerar-se na outra vida, concedendo-lhe nesta? Neste caso, o arrependimento veio, posto que tardio; mas se desde o momento da morte se impusesse irrevogável condenação, esse arrependimento seria infrutífero por todo o sempre, como destruídas seriam as aptidões dessa alma para o progresso, para o bem.

21. O dogma da eternidade absoluta das penas é, portanto, incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira insuperável. Esses dois princípios destroem-se, e a condição indeclinável da existência de um é o aniquilamento do outro. Qual dos dois existe de fato? A lei do progresso é evidente: não é uma teoria, é um fato corroborado pela experiência: é uma lei da Natureza, divina, imprescritível. E, pois, que esta lei existe inconciliável com a outra, é porque a outra não existe. Se o dogma das penas eternas existisse verdadeiramente, Santo Agostinho, S. Paulo e tantos outros jamais teriam visto o céu, caso morressem antes de realizar o progresso que lhes trouxe a conversão. A esta última asserção respondem que a conversão dessas santas personagens não é um resultado do progresso da alma, porém, da graça que lhes foi concedida e de que foram tocadas. Porém, isto é simples jogo de palavras. Se esses santos praticaram o mal

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

e depois o bem, é que melhoraram; logo, progrediram. E por que lhes teria Deus concedido como especial favor a graça de se corrigirem? Sim, por que a eles e não a outros? Sempre, sempre a doutrina dos privilégios, incompatível com a justiça de Deus e com seu igual amor por todas as criaturas.

Segundo a Doutrina Espírita, de acordo mesmo com as palavras do Evangelho, com a lógica e com a mais rigorosa justiça, o homem é o filho de suas obras, durante esta vida e depois da morte, nada devendo ao favoritismo: Deus o recompensa pelos esforços e pune pela negligência, isto por tanto tempo quanto nela persistir.

Impossibilidade material

Contradições das penas eternas, baseadas em fatos positivos observados.

O dogma das penas eternas só foi contraditado pelo raciocínio.

Vamos agora demonstrar que ele está em contradição com os fatos positivos que temos diante dos olhos e que provam a sua impossibilidade.

De acordo com esse dogma, o destino da alma após a morte é fixado de maneira irrevogável.

Ficando totalmente, impossibilitado e progredir.

Se a alma progride, a eternidade das penas fica inadmissível.

Como podemos duvidar deste progresso, visto a imensa variedade de aptidões morais e intelectuais existentes na Terra – do selvagem ao humano civilizado?

Admitindo-se que não são mais as mesmas almas, teremos que admitir que Deus cria as almas em inúmeros graus de desenvolvimento – favorecendo umas e relegando outras.

Não progredindo, as almas, mesmo nas melhores condições, não podem, gozar pela eternidade, senão de uma felicidade muito reduzida.

De acordo com uma rigorosa justiça, conclui-se que as almas mais adiantadas são as mesmas que atrasadas progrediram.

Vamos imaginar, um jovem ignorante, com instintos inferiores a flor da pele, negando Deus – praticando inúmeras maldades.

Pegamos este jovem, e o inserimos em um meio favorável – trabalha e se instrui – pouco a pouco, se transforma numa criatura piedosa.

Casos similares são facilmente encontrados no dia a dia – exemplificando o progresso da alma durante a vida.

O dogma da eternidade das penas é incompatível com o progresso da alma.

IV – A doutrina das penas eternas fez sua época

22. A crença na eternidade das penas prevaleceu salutarmente enquanto os homens não tiveram ao seu alcance a compreensão do poder moral. É o que sucede com as crianças durante certo tempo contidas pela ameaça de seres quiméricos com os quais são intimidadas: — chegadas ao período do raciocínio, repelem por si mesmas essas quimeras da infância, tornando-se absurdo o querer governá-las por tais meios. Se os que as dirigem pretendessem incutir-lhes ainda a veracidade de tais fábulas, certo decairiam da sua confiança. É isso que se dá hoje com a Humanidade, saindo da infância e abandonando, por assim dizer, os cueiros. O homem não é mais passivo instrumento vergado à força material, nem o ente crédulo de outrora que tudo aceitava de olhos fechados.

23. A crença é um ato de entendimento que, por isso mesmo, não pode ser imposta. Se, durante certo período da Humanidade, o dogma da eternidade das penas se manteve inofensivo e benéfico mesmo, chegou o momento de tornar-se perigoso. Imposto como verdade, absoluta, quando a razão o repele, ou o homem quer acreditar e procura uma crença mais racional, afastando-se dos que o professam, ou, então, descrê absolutamente de tudo. Quem quer que estude o assunto, calmamente, verá que, em nossos dias, o dogma da eternidade das penas tem feito mais ateus e materialistas do que todos os filósofos. As idéias seguem um curso incessantemente progressivo, e absurdo é querer governar os homens desviando-os desse curso; pretender contê-los, retroceder ou simplesmente parar enquanto ele avança, é condenar-se, é perder-se. Seguir ou deixar de seguir essa evolução é uma questão de vida ou de morte para as religiões como para os governos. Este fatalismo é um bem ou um mal? Para os que vivem do passado, vendo-o aniquilar-se, será um mal; mas para os que vivem pelo futuro é uma lei do progresso, de Deus em suma. E contra uma lei de Deus é inútil toda revolta, impossível a luta. Para que, pois, sustentar a todo o transe uma crença que se dissolve em desuso fazendo mais danos que benefícios à religião? Ah! Contrista dizê-lo, mas uma questão material domina aqui a questão religiosa. Esta crença tem sido grandemente explorada pela idéia de que com dinheiro se abrem as portas do céu, livrando das do inferno. As quantias por estes meios arrecadadas, outrora e ainda hoje, são incalculáveis, e verdadeiramente fabuloso o imposto prévio pago ao temor da eternidade. E sendo facultativo tal imposto, a renda é sempre proporcional à crença; extinta esta, improdutivo será aquele. De bom grado cede a criança o bolo a quem lhe promete afugentar o lobisomem, mas se a criança já não acreditar em lobisomens, guardará o bolo.

24. A Nova Revelação, dando noções mais sensatas da vida futura e provando que podemos, cada um de nós, promover a felicidade pelas próprias obras, deve encontrar tremenda oposição, tanto mais viva por estancar uma das mais rendosas fontes de receita. E assim tem sido, sempre que uma nova descoberta ou invento abala costumes inveterados e preestabelecidos. Quem vive de velhos e custosos processos jamais deixa de preconizar-lhes a superioridade e excelência e de desacreditar os novos, mais econômicos. Acreditar-se-á, por exemplo, que a imprensa, apesar dos benefícios prestados à sociedade, tenha sido aclamada pela classe dos copistas? Não, certamente eles deveriam profligá-la. O mesmo se tem dado em relação a maquinismos, caminho de ferro e centenas de outras descobertas e aplicações. Aos olhos dos incrédulos o dogma da eternidade das penas afigura-se futilidade da qual se riem; para o filósofo esse dogma tem uma gravidade social pelos abusos que acoroçoa, ao passo que o homem verdadeiramente religioso tem a dignidade da religião interessada na destruição dos abusos que tal dogma origina, e da sua causa, enfim.

Fez sua época

Esta crença, permaneceu entre os humanos, até a compreensão do poder da moral. Situação semelhante às crianças que por um tempo, podem ser contidas através de ameaças produzidas por seres apavorantes.

Contudo, após um período a razão da criança recusa essas histórias – tornando-se impossível contê-las através dos mesmos meios.

Semelhante situação acontece com a humanidade, que saiu da infância, libertando-se destas amaras fantasiosas.

O ser humano, não é mais passivo, curvando-se e aceitando tudo, sem questionar – visto que a crença não pode ser imposta a ninguém.

Hoje em dia, após uma libertação – o dogma da eternidade das penas torna-se perigoso.

Impondo-se como verdade, absoluta, este dogma – visto que a razão o rejeita – acontecerá duas coisas – ou o ser humano procura uma crença mais racional ou deixa de crer.

Enxergando o futuro, vemos o cumprimento da lei do progresso que é uma lei de Deus.

Muito triste mencionar, que uma questão material, domina neste ponto o problema religioso.

Crença muito explorada através da ideia que com dinheiro abre-se as portas do Céu – livrando a criatura do inferno.

O medo da eternidade, produz um imposto – gerando incalculáveis somas.

A criança entrega seu pacote de balas a quem lhe promete espantar os seres das sombras – a partir do momento que a criança deixa de acreditar nos seres das sombras, ele come suas balas.

A nova revelação, fornece ideias mais coerentes sobre a vida futura – demonstrando que pode-se alcançar a salvação através das próprias obras.

Para os incrédulos, a eternidade das penas e mais uma futilidade, provocando-lhes risos.

O verdadeiro religioso acredita que este assunto é muito grave visto os abusos praticados

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

V – Ezequiel contra a eternidade das penas e o pecado original

25. A quem pretenda encontrar na Bíblia a justificação da eternidade das penas, pode-se opor os textos contrários que a tal respeito não comportam ambiguidades. As seguintes palavras de Ezequiel são a mais explícita negação, não somente das penas irremissíveis, mas da responsabilidade que o pecado do pai do gênero humano acarretasse à sua raça:

1. O Senhor novamente me falou e disse: —

2. Onde vem o uso desta parábola entre vós e consagrada proverbialmente em Israel: Os pais, dizeis, comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos ficaram estragados? —

3. Por mim juro, disse o Senhor Deus, que essa parábola não passará mais entre vós, como provérbio em Israel: —

4. Pois todas as almas me pertencem; a do filho está comigo como a do pai; a alma que tiver pecado morrerá ela própria.

5. Se um homem for justo, se proceder segundo a equidade e a justiça; —

7. Se não magoar nem oprimir ninguém; se entregar ao seu devedor o penhor que este lhe houver dado; se não tomar nada do bem de outrem por violência; se dá o seu pão a quem tem fome; se veste os que estão nus; —

8. Se não se presta à usura e não percebe mais do que tem dado; se desvia sua mão da iniquidade e promove um juízo conciliatório entre dois que contendem; —

9. Se caminha segundo a pauta dos meus preceitos e observa as minhas ordens para obrar conforme a verdade, esse homem é justo e viverá mui certamente, disse o Senhor Deus.

10. Se esse homem tem um filho que dê em ladrão, e derrame sangue, ou que cometa algumas destas faltas; —

13. Esse filho morrerá mui certamente, pois tem praticado todas essas ações detestáveis, e seu sangue permanecerá sobre a terra.

14. Se esse homem tem um filho que, vendo todos os crimes por seu pai cometidos, se aterrorize e evite imitá-lo; —

17. Este não morrerá por causa da iniquidade de seu pai, mas viverá mui certamente. —

18. Seu pai, que tinha oprimido os outros por calúnias e que tinha praticado ações criminosas no meio do seu povo, morreu por causa da sua própria iniquidade.

19. Se dizes: Por que o filho não tem suportado a iniquidade de seu pai? É porque o filho tem obrado segundo a equidade e a justiça; tem guardado todos os meus preceitos; e porque os tem praticado viverá mui certamente.

20. A alma que tem pecado morrerá ela mesma: o filho não sofrerá pela iniquidade do pai e o pai não sofrerá pela iniquidade do filho; a justiça do justo verterá sobre ele mesmo, a impiedade do ímpio verterá sobre ele.

21. Se o ímpio fez penitência de todos os pecados que tem cometido, se observou todos os meus preceitos, se obra segundo a equidade e a justiça, ele viverá certamente e não morrerá. —

22. Eu não me lembrei mais de todas as iniquidades que ele tenha cometido; viverá nas obras de justiça que houver praticado.

23. É que eu quero a morte do ímpio? disse o Senhor Deus, e não quero antes que se converta e desgarre do mau caminho que trilha? (Ezequiel, cap. 18.) Dizei-lhes estas palavras: Eu juro por mim mesmo que não quero a morte do ímpio, mas que o ímpio se converta, que abandone o mau caminho e que viva. (Ezequiel, cap. 33:11.)

A fugaz transitoriedade do engodo

Desconsiderar os atributos de Deus, tal é o grave erro do tradicionalismo religioso

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.” - Jesus. (Jo, 8:32.)

Os tempos assinalados para o banimento da ignorância na Terra já chegaram; portanto, as doutrinas e religiões que não tiverem o duplo respaldo da razão e do coração não terão futuro.

O engodo é fugaz e transitório, embora até certo ponto tenha lá a sua utilidade como antiofusante da luz intensa da verdade, até que as criaturas se coloquem em condições de assimilar esta última em toda a sua pujança e magnitude. Tal aconteceu com a fábula das “penas Eternas” até hoje acoroçada por vetustas religiões. E podemos até mesmo arriscar, sem receio de erro que – por paradoxal que pareça – tais doutrinas e religiões andam de mãos dadas com o materialismo e o fanatismo, pois minimizam a dimensão espiritual, ou seja, reduzem ao ridículo a verdadeira e ilimitada dimensão da vida

Assim, entendemos com Kardec (1) que tais doutrinas, “têm contra si não só o antagonismo em que se acham com as aspirações da universalidade dos homens e suas consequências morais, que farão sejam elas repelidas como dissolventes da sociedade, mas também a necessidade que o homem experimenta de se inteirar de tudo o que resulta do progresso. O desenvolvimento intelectual conduz o homem à pesquisa das causas. Ora, por pouco que ele reflita, não tardará a reconhecer a impotência do materialismo para tudo explicar.

Como é possível que doutrinas que não satisfazem ao coração, nem à razão, nem à inteligência, que deixam problemáticas as mais vitais questões, venham a prevalecer?! O progresso das ideias matará o materialismo, como matou o fanatismo”, e poderemos ainda acrescentar que o mesmo destino terão as religiões que agridem a razão com seus dogmas ancilosados e capengas, pois, não levar em conta os atributos de Deus, tal é o grave e fatal erro do tradicionalismo religioso.

O Espiritismo, pelo contrário, se rende ao Pai Celestial logo na primeira pergunta de “O Livro dos Espíritos”, realçando-Lhe os atributos logo a seguir, na questão número treze.

Analisando o tema com seu habitual tirocínio, Allan Kardec ensina (2):

“A crença na eternidade das penas prevaleceu enquanto os homens não tiveram ao seu alcance a compreensão do poder moral. Hoje em dia o homem não é mais passivo instrumento vergado à força material, nem o ente crédulo de outrora que tudo aceitava cegamente.

A crença é um ato de entendimento que não pode ser imposta.

Se, durante certo período da Humanidade, o dogma da eternidade das penas se manteve inofensivo e benéfico mesmo, chegou o momento de tornar-se perigoso. Imposto como verdade, absoluta, quando a razão o repele, ou o homem quer acreditar e procura uma crença mais racional, afastando-se dos que o professam, ou, então, descrê absolutamente de tudo. Atualmente verifica-se que o dogma da eternidade das penas tem feito mais ateus e materialistas do que todos os filósofos.

As ideias seguem um curso incessante e progressivo, e absurdo é querer governar os homens desviando-os desse curso; pretender contê-los, retroceder ou simplesmente parar enquanto ele avança, é condenar-se, é perder-se. Seguir ou deixar de seguir essa evolução é uma questão de vida ou de morte para as religiões como para os governos.

O Céu e o inferno – (Parte I – Capítulo VI)

Este fatalismo é um bem ou um mal? Para os que vivem do passado, vendo-o aniquilar-se, será um mal; mas para os que vivem pelo futuro é uma lei do progresso, de Deus em suma. E contra uma lei de Deus é inútil toda revolta, impossível a luta.

Para que, pois, sustentar a todo o transe uma crença que se dissolve em desuso fazendo mais danos que benefícios à religião? Ah!. Contrista dizê-lo, mas uma questão material domina aqui a questão religiosa: Esta crença tem sido grandemente explorada pela ideia de que com dinheiro se abrem as portas do Céu, livrando das do inferno. As quantias por estes meios arrecadadas, outrora e ainda hoje, são incalculáveis. É verdadeiramente fabuloso o imposto prévio pago ao temor da Eternidade. E sendo facultativo tal imposto, a renda é sempre proporcional à crença; extinta esta, improdutivo será aquele.

De bom grado cede a criança o bolo a quem lhe promete afugentar o lobisomem, mas se a criança já não acreditar em lobisomens, guardará o bolo.

Oferecendo noções mais sensatas da vida futura ao mostrar que podemos promover a felicidade pelas próprias obras (3), o Espiritismo deve encontrar tremenda oposição, tanto mais viva por estancar uma das mais rendosas fontes de receita.

E assim tem sido, sempre que uma nova descoberta ou invento abala costumes inveterados e preestabelecidos. Quem vive de velhos e custosos processos jamais deixa de preconizar-lhes a superioridade e excelência e de desacreditar os novos, mais econômicos.

Aos olhos dos incrédulos, o dogma da eternidade das penas afigura-se futilidade da qual se riem; para o filósofo esse dogma tem uma gravidade social pelos abusos que acoroça, ao passo que o homem verdadeiramente religioso tem a dignidade da religião interessada na destruição dos abusos que tal dogma origina, e da sua causa, enfim”.

No Velho Testamento Ezequiel já plantava a semente da compreensão do futuro e o conseqüente expurgo das penas eternas ao traduzir o Senhor: “não quero a morte do ímpio, mas que o ímpio se converta, que abandone o mau caminho e que viva”.

E mais tarde viria Jesus derramar a definitiva “pá de cal” nas penas eternas ao ensinar-nos a pedir perdão a Deus, na Oração Dominical. Não é, portanto, sem motivo que Kardec afirmou (4):

“o ‘Pai Nosso’ é um protesto cotidiano contra a vingança de Deus”.

Por todas estas razões assinaladas e infinitas outras, como também pela sua característica de verdadeiro Consolador de que se reveste o Espiritismo, é que um dia um espírita convicto confidenciou (5) ao ínclito Codificador: “Encontro no Espiritismo uma tão suave esperança, dele retiro tão doces e tão grandes consolações, que todo pensamento contrário me tornaria bem infeliz, e sinto que meu melhor amigo se me tornaria odioso se tentasse me arrancar dessa crença”.

(1) **Kardec** Allan, A Gênese, (cap. III.)

(2) **Kardec** Allan, O Céu e o Inferno, (cap. VI, itens 22 a 24.)

(3) **Mateus**, 16:27.

(4) **Kardec** Allan, O Céu e o Inferno, (VI, item 6.)

(5) **Kardec** Allan, Revue Spirite, (Setembro de 1858, (pg. 240, § 2º.)